

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.458.228 - SP (2019/0055229-0)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : AGRO NIPPO PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA
ADVOGADOS : SÉRGIO RICARDO NUTTI MARANGONI - SP117752
EDUARDO PEREZ SALUSSE - SP117614
THIAGO MATHEUS BEJA FONTOURA DA SILVA - SP302704
LUIZ HENRIQUE VANO BAENA - SP206354
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORE : CARLOS ALBERTO BITTAR FILHO E OUTRO(S) - SP118936
S
PAULO ALVES NETTO DE ARAÚJO - SP122213
MARIA ELISA PACHI - SP099810

EMENTA

TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. ICMS. NULIDADE DA CDA. REQUISITOS. SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que não admitiu recurso especial de Agro Nippo Produtos Alimentícios LTDA, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional e interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

EXECUÇÃO FISCAL ICMS INCIDÊNCIA DE JUROS MORATÓRIOS NA FORMA DA LEI ESTADUAL 13.918/09 INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIA PELO ÓRGÃO ESPECIAL APLICAÇÃO DA TAXA SELIC NECESSIDADE CIRCUNSTÂNCIA, TODAVIA, QUE NÃO TEM O CONDÃO DE ACARRETAR NULIDADE DAS CERTIDÕES DE DÍVIDA ATIVA ACOLHIMENTO PARCIAL DA EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO PROVIDO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE ACOLHIMENTO PARCIAL CONDENAÇÃO DA FAZENDA NA VERBA HONORÁRIA NECESSIDADE AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO NO PARTICULAR.

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados.

No recurso especial, a recorrente alega violação dos arts. 2º da Lei n. 6.830/80, 202 e 203 do Código Tributário Nacional e 783 e 803, I, do Código de Processo Civil, aduzindo nulidade das Certidões de Dívida Ativa.

Houve contrarrazões (e-STJ fls. 66/68).

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade pela incidência das Súmulas n. 7/STJ e 280/STF.

Insurge-se a parte agravante contra essa decisão, afirmando que, ao contrário do

que supõe o juízo de admissibilidade, o recurso especial possui condições de admissão.

Houve contraminuta pela parte agravada (e-STJ fls. 96/98).

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A agravante impugnou o fundamento adotado na decisão de inadmissibilidade, razão pela qual, passo a análise do recurso especial.

Trata-se, na origem, de agravo de instrumento interposto pela ora recorrente nos autos da execução fiscal movida pela Fazenda do Estado de São Paulo a fim de aplicar a taxa SELIC aos juros, excluindo as disposições da Lei Estadual n. 13.918/09.

Em sede de recurso especial, a parte alega que a CDA em questão é ilíquida e, consequentemente, nula.

A insurgência não merece prosperar.

Isso porquanto o acórdão recorrido, ao enfrentar o tema, assim se manifestou (e-STJ fl. 30):

O inconformismo merece parcial acolhida.

A inconstitucionalidade do cálculo dos juros moratórios na forma da Lei Estadual nº 13.918/09 não interfere com os requisitos de liquidez, certeza e exigibilidade que exornam as CDA's, bastando decotar o excesso, não havendo lugar para cogitar-se de nulidade.

Dessa feita, entender contrariamente ao que restou consignado na origem com relação aos requisitos da certidão demandaria necessariamente revolvimento de matéria fático-probatória, providência inviável em sede de recurso especial em virtude do óbice da Súmula n. 7/STJ.

Exemplificativamente, cito:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA. SÚMULA N. 7/STJ. NULIDADE DA CDA. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA DO ISSQN. SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O óbice da Súmula n. 7/STJ não se aplica exclusivamente quando o recorrente pugna pela análise das provas dos autos, mas quando o acolhimento da pretensão recursal e consequente desconstituição da conclusão a que chegou o acórdão recorrido exige necessariamente o revolvimento de matéria fática e probatória.

2. A Corte de Origem afastou a pretensão de cerceamento de defesa com fulcro na suficiência da perícia realizada para a elucidação da controvérsia, desconstituir tal fundamento a fim de acolher a tese de cerceamento de defesa em virtude necessidade de maiores esclarecimentos, demandaria revolvimento do suporte fático-probatório dos autos. Súmula n. 7/STJ.

3. **No que diz respeito à CDA, tendo o acórdão consignado que não existem vícios na mencionada certidão, concluir contrariamente à Corte de Origem exigiria análise das provas dos autos. Súmula n. 7/STJ.**

4. Outrossim, o exame do enquadramento das atividades desempenhadas pela

instituição bancária na Lista de Serviços anexa ao Decreto-Lei n. 406/68 demanda o reexame do conteúdo fático-probatório dos autos, vedado pela Súmula 7 desta Corte.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1364178/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/03/2019, DJe 28/03/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

